



portalbenews.com.br

EDITORIAL O interesse no diálogo sobre o Reporto é uma demonstração de compromisso com o desenvolvimento do setor de infraestrutura ► **p3**

HUB Governo terá projeto para combater tráfico de drogas e contrabando em portos e aeroportos ► **p3**

Ricardo Stuckert/PR



Lula assina decreto de GLO para portos e aeroportos de SP e RJ

Medida visa combater o crime organizado e dá poder de polícia às Forças Armadas ► **p3**

Divulgação



Empresa da Portonave é aprovada para operar terminal de Itajaí ► p4

REPORTO Ministro se reúne com relator da Reforma Tributária para tratar do benefício ► **p4**

MATO GROSSO Quatro empresas demonstram interesse em operar a ZPE da cidade de Cáceres ► **p5**

CEARÁ Estiagem no Amazonas reflete em aumento de carga no Porto do Pecém ► **p5**

EDITORIAL

Reporto, uma prioridade

A reunião entre o senador Eduardo Braga e o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, para discutir a continuidade do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), é um passo importante na direção certa. O destaque vai para a preocupação com a prorrogação desse benefício, que se encerra no final deste ano, mas que desempenha um papel crucial no estímulo ao desenvolvimento do setor de infraestrutura no Brasil.

O Reporto, como se sabe, é um programa fundamental de incentivo aos investimentos portuário e ferroviário, setores essenciais para o crescimento econômico do País. A sua extensão até 2028, como almejado pelos representantes desses segmentos, é uma medida que merece apoio incontestável. Isso proporcionaria um horizonte mais estável para os investidores e fomentaria o planejamento de longo prazo, aspecto crucial em projetos de infraestrutura.

A disposição do ministro Sílvio Costa Filho de dialogar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a fim de garantir a continuidade desse benefício, é importante. Trata-se de uma demonstração de compromisso com o desenvolvimento do setor de infraestrutura e a criação de condições favoráveis para o crescimento econômico. As infraestruturas portuária e ferroviária e a modernização de suas estruturas são fundamentais para o Brasil continuar a expandir suas operações de comércio exterior e a melhorar sua competitividade global.

Além disso, a inclusão de setores como empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e centros de formação profissional e treinamento multifuncional é um passo acertado para abranger um espectro mais amplo de atividades que contribuem para a infraestrutura do País. Dessa forma, a iniciativa visa a fortalecer não apenas os portos, mas também os serviços e atividades relacionadas, impulsionando o desenvolvimento econômico regional e nacional.

Em um cenário em que o País precisa de investimentos significativos em infraestrutura, a continuidade do Reporto é uma medida essencial que merece total apoio e ação decidida. A busca por soluções que favoreçam o crescimento econômico e a competitividade do Brasil no mercado global deve ser uma prioridade, e o compromisso demonstrado por esses esforços merece ser reconhecido e endossado.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 3 Lula assina decreto de GLO de portos e aeroportos no RJ e SP

HUB

- 3 Governo terá projeto para combater tráfico e drogas e contrabando em portos e aeroportos

NACIONAL

- 4 Antaq aprova proposta da Teconnave para operar terminal de Itajaí

Costa Filho se reúne com relator da Reforma Tributária para tratar do Reporto

REGIÃO CENTRO-OESTE

- 5 Quatro empresas estão interessadas em operar a ZPE de Cáceres

REGIÃO NORDESTE

- 5 Seca no Amazonas reflete em aumento de carga no Porto do Pecém

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Marília Sena,
Vanessa Pimentel e Vitória Malafati

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

 (11) 91615.1200



Segurança 1

O Governo Federal irá apresentar um projeto para combater o tráfico de drogas e o contrabando em portos e aeroportos, ampliando o monitoramento e a fiscalização nessas instalações. A informação é do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que destacou essa iniciativa ontem, logo após a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para a utilização das forças armadas nos complexos marítimos e aviários.

Segurança 2

Como parte dessa estratégia, a Polícia Federal assinará um acordo de cooperação com os órgãos de segurança do Rio de Janeiro na próxima semana, informou o ministro da Justiça, Flávio Dino.

Marinha 1

O comandante da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, afirmou ontem que o uso de informações de inteligência e as fiscalizações e operações dentro dos portos vão integrar a principal estratégia da Armada para o combate ao crime organizado. "Vamos contar muito com dados de inteligência sobre embarcações, monitorando desde antes de chegarem ao porto, características, origem, destino. A GLO assegura a estrutura adequada de comando e controle para atuação da Marinha", explicou Olsen.

Marinha 2

Com a GLO, a Marinha poderá ampliar sua atuação nos portos, operando em todo o complexo marítimo. Antes do decreto, suas atividades ficavam mais restritas à fiscalização e ao monitoramento de navios nas vias navegáveis. "Aliado às informações de inteligência complementares de órgãos do Brasil e do exterior teremos emprego de tropas de fuzileiros navais para fiscalização de entrada e saída de cargas", destacou o comandante.

Reação

Agentes da Receita Federal criticaram a assinatura do decreto de GLO ontem. Eles consideram que a medida é "inefcaz" e destacaram que a Receita, que já atua no combate ao crime organizado em portos e aeroportos, não foi citada no anúncio do Governo. Segundo o vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Unafisco), Kleber Cabral, é "espantoso" que a Receita e o Ministério da Fazenda não tenham sido incluídos nesse projeto. Também houve críticas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Lula assina decreto de GLO de portos e aeroportos no RJ e SPs

Medida já está valendo e dá às Forças Armadas o poder de polícia dentro do perímetro desses equipamentos

Valter Campanato/Agência Brasil



▲ Durante a cerimônia de assinatura da GLO, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que outros portos e aeroportos podem ter a segurança reforçada se houver necessidade

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

DE ACORDO COM O MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, FLÁVIO DINO, SERÃO EMPREGADOS 3.700 MILITARES PARA A AÇÃO. SENDO 2.000 DO EXÉRCITO, 1.100 DA MARINHA E 600 DA AERONÁUTICA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou, na quarta-feira, dia 1, o decreto para o início da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos portos e aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O objetivo é combater o crime organizado. O decreto já está valendo, mas a atuação das Forças Armadas começa a partir de segunda-feira, dia 6.

A medida vale para o Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, e para o Porto de Santos, em São Paulo. O aeroporto internacional do Galeão (RJ), e o aeroporto internacional de Guarulhos (SP) também serão contemplados. "Se for necessário reforçar mais portos e aeroportos, nós vamos reforçar", disse o presidente.

A ação será integrada com a Polícia Federal. Na prática, o decreto dá às Forças Armadas o poder de polícia dentro do perímetro de portos e aeroportos. "Em regime normal, se a Marinha detecta em um contêiner, um pacote, uma droga, ela não pode intervir, tem de entregar a Polícia Federal. Com a GLO, vamos poder intervir. A mesma

coisa no aeroporto. A Aeronáutica não podia abrir a bagagem, [agora] podemos ajudar a PF", afirmou o ministro da Defesa, José Múcio.

De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, serão empregados 3.700 militares para a ação. Sendo 2.000 do Exército, 1.100 da Marinha e 600 da Aeronáutica.

"A situação se tornou muito grave e estamos tomando uma decisão para que o Governo Federal participe ativamente,

com todo potencial que ele tem, para ajudar os governos dos Estados e o próprio Brasil a se livrar do crime organizado", afirmou Lula em cerimônia no Palácio do Planalto.

Segundo o Palácio do Planalto, não será necessária ação da GLO em regiões fronteiriças do Brasil com outros países. O Exército e a Aeronáutica fortalecerão ações com ênfase no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Marinha vai ampliar o apoio na Baía de Guanabara (RJ); na Baía de Sepetiba (RJ) e nos acessos marítimos ao Porto de Santos e ao Lago de Itaipu.

A operação ficará ativa até maio de 2024, mas pode ser estendida. Segundo Lula, um comitê com integrantes do Ministério da Justiça e da Defesa acompanharão a ação. Um plano de modernização de atuação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal, Exército, Aeronáutica e Marinha será apresentado pelas duas pastas nos próximos dias "visando melhorar a atuação dos portos, aeroportos e fronteiras".

Segundo o Comandante da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, os militares terão poder de polícia nos aeroportos de Guarulhos e do Galeão. "Temos esse poder de polícia tanto na área de manobra de aeronaves,

na questão de movimentação de bagagens e cargas, como também no saguão com uma operação policial extensiva", afirmou.

Já o comandante da Marinha Marcos Olsen explicou que a Força tem a responsabilidade de atuar nas vias de acesso aos portos e realizar inspeções navais. Com a GLO, poderá fazer revistas caso sejam identificados indícios de crimes. "A Marinha tem o mandato para evoluir para uma revista criminal e assim fazer a sua atuação", informou.

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, declarou que a pasta prepara junto com o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, um plano nacional de segurança portuária e aeroportuária.

"Só para a gente poder fazer esse registro, nós já estamos também nas nossas Docas, que são os seis portos de responsabilidade do Governo Federal, a gente está implementando o serviço de tecnologia do VTMS, que são ações integradas de tecnologia, que busca transparência, que busca serviços de radares, de câmeras integradas, para que a gente possa ter de fato um monitoramento e uma fiscalização mais dura em relação a todo tipo de ações ilícitas nesses portos e no Brasil", completou o ministro.

REGIÃO SUL

Antaq aprova proposta da Teconnave para operar terminal de Itajaí

Empresa ficou em 3º lugar no processo de licitação para o arrendamento transitório

Divulgação/Porto de Itajaí

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), através da Comissão Permanente de Licitação de Concessões e Arrendamentos (CPLA), informou na quarta-feira (1º) que aprovou a proposta da Teconnave para o arrendamento transitório no terminal do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

“Após franqueada oportunidade à proponente de demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, verificou-se que a proposta apresentada é exequível. Ou seja, não foram identificadas irregularidades na documentação apresentada, tanto no volume 1 (referente a proposta de arrendamento transitório), quanto no volume 3 (que trata dos documentos de habilitação)”, afirmou a agência.

A Teconnave, companhia controlada pela Portonave, que opera o terminal de Navegantes (do outro lado do canal de navegação do Porto de Itajaí), fez uma oferta de 35 mil TEU por mês, ficando em terceiro na



A área do Porto de Itajaí a ser arrendada, denominada “Área A”, possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, destinados à movimentação e armazenagem de contêineres

Seguindo os passos previstos no edital, a partir do dia 3 de novembro, será realizada a abertura de prazo para interposição de recursos. Já o fim da fase recursal está previsto para o dia 7 do mesmo mês, às 18h.

Após a finalização do processo, a empresa vencedora será confirmada em homologação do resultado com data ainda a ser confirmada pela diretoria da Antaq.

Concessão

A área do terminal, denominada “Área A”, possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, destinados à movimentação e armazenagem de contêineres, sendo constituída pelos terrenos nos quais serão implantados os equipamentos e edificações.

Durante os dois anos de contrato de arrendamento transitório, o Governo Federal planeja lançar o edital definitivo para o arrendamento dos quatro berços do Porto de Itajaí à iniciativa privada. O arrendamento definitivo será de 35 anos.

classificação das propostas enviadas para o certame.

A empresa vencedora do leilão, a MMS Empreendimentos, fez uma proposta de 66.600 TEU por mês. Após ser declarada vencedora, a CPLA convocou a empresa para apresentação da documentação de habilitação e dar informações sobre a exequibilidade da oferta.

No entanto, a agência informou que a MMS não demonstrou ser capaz de realizar esse volume de operações – 48% maior do que a capacidade instalada da área do porto que está sendo disputada (540 mil TEU/ano) e 130% superior à média das

propostas apresentadas no leilão.

Segunda colocada na concorrência pública da Antaq, realizada em 13 de setembro, a Mada Araújo Asset Management Ltda fez a proposta de 44.000 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

De acordo com decisão da CPLA, a empresa foi desclassificada do processo pois a proposta apresentada “não teve sua exequibilidade demonstrada”. Ainda segundo o relatório divulgado pela Comissão, a Superintendência de Outorgas, após analisar os documentos da Mada Araújo, considerou que ela seria “capaz de atender

528.000 TEU por ano”, ou 44 mil TEU por ano. Nesse aspecto, concluiu-se que a oferta é exequível.

No entanto, ao verificar as questões comerciais, a conclusão foi de que “nenhum dos documentos acostados aos autos demonstram que a proponente possui relações comerciais ou expectativas comerciais representativas para o volume de cargas apresentado”. De acordo com o órgão, era necessário que tivessem sido apresentados “intenções firmes ou acordos comerciais que possibilitassem a movimentação mínima de cargas prometida”.

Costa Filho se reúne com relator da Reforma Tributária para tratar do Reporto

Ministro de Portos disse que também vem mantendo contato com o ministro da Fazenda

Reprodução/Instagram/Eduardo Braga

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br



Silvio Costa Filho e a secretária de Portos, Mariana Pescatori, se reuniram com o senador Eduardo Braga para falar sobre o Reporto, cuja validade se encerra no dia 31 de dezembro

O relator da Reforma Tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB/PA), se reuniu nesta quarta-feira, dia 1, com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Segundo eles, o encontro foi para tratar do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O senador Eduardo Braga ressaltou que “no relatório apresentado, no artigo 156 A, está

dito que lei complementar irá discorrer sobre as questões aduaneiras especiais, que inclui o Reporto, o Repetro [o regime aduaneiro especial de exporta-

ção e de importação] e o Reit [Real Estate Investment Trust], que são programas importantes de investimento que o Brasil tem e que precisam estar

obrigados, portanto, na reforma tributária”.

O ministro Sílvio Costa Filho também informou que está conversando com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para garantir a prorrogação do benefício ao setor de infraestrutura.

Também participou da reunião a secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori.

O Reporto tem validade até o dia 31 de dezembro deste ano, mas representantes do se-

tor buscam prorrogá-lo até 2028. No Congresso, o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), é o relator do Projeto de Lei 4.885/2016 que tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados para a extensão do benefício.

No último dia 4 ele recebeu sugestões de representantes do setor de infraestrutura para o texto. Foi apresentado ao deputado uma sugestão de substitutivo que inclui as empresas de dragagem, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Quatro empresas estão interessadas em operar a ZPE de Cáceres

MDIC vai analisar os projetos das companhias que querem operar na ZPE de Mato Grosso

Divulgação/Governo de MT

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br



A Zona de Processamento de Exportação de Cáceres está sendo construída pelo Governo de Mato Grosso, num investimento estimado em R\$ 16 milhões

O governo do estado de Mato Grosso informou que quatro empresas manifestaram interesse em operar na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres. São elas: New Glance Ingredientes Nutricionais, a Chicken Tech, ECORF Brasil e a Floresteca. Ainda segundo o governo, os projetos aguardam a análise do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Em outubro, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, César Miranda, e o secretário-executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), Clóvis Ribeiro Cintra Neto, foram a Brasília para discutir em reunião a liberação das licenças para essas empresas.

A Zona de Processamento de Exportação está sendo construída pelo governo estadual, num investimento estimado em R\$ 16 milhões. A obra é realizada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sin-

fra) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

“Esses projetos são importantes para Mato Grosso, para Cáceres, visto que a Comissão de Alfandegamento da Receita Federal já avalia a liberação alfandegária da ZPE. Estamos caminhando para o estágio final para que a ZPE comece a funcionar. A Zona de Processamento vem para impulsionar o desenvolvimento econômico do estado e gerar empregos e, por isso, viemos até Brasília”, afirmou

César Miranda.

O secretário do CZPE prestou esclarecimentos sobre as regulamentações necessárias e informou que os projetos enviados já estão sob apreciação. Também acompanharam a reunião o presidente da Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Cáceres, Adilson Reis, a diretora da AB Expertise de ZPE Consultoria, Andréa Freitas, os membros da equipe da CZPE Hélio Mauro França e Luciana Miranda e Silva.

A ZPE de Cáceres é a terceira do Brasil e terá uma área de aproximadamente 240 hectares. O projeto está dividido em cinco módulos, que são os lugares onde as empresas vão se instalar, mais a área administrativa. Para entrar em funcionamento, também é necessário a regularização do alfandegamento pela Receita Federal.

China

Também em outubro, a Câmara de Cáceres recebeu empresá-

os chineses interessados em operar na ZPE da cidade. Os executivos representam a empresa Ningxia Eppen, líder global na produção de aminoácidos voltados à nutrição animal, e pretendem instalar uma indústria de alimentos na futura área alfandegada, em um investimento de US\$ 500 milhões para produzir aminoácidos por meio do processamento de milho. Mato Grosso é o maior exportador de milho do Brasil e um dos maiores do mundo.

Mas, para viabilizar o negócio, a comitiva chinesa quis mais informações sobre como funciona a logística na região de Cáceres, o acesso e valor de insumos e combustíveis.

Os empresários chineses também fizeram uma apresentação sobre como funciona a atividade da empresa e o faturamento anual, em torno de US\$ 1 bilhão. Caso a empresa realmente se instale na ZPE de Cáceres, mais de mil empregos devem ser gerados.

“Tomara que a empresa escolha se instalar na ZPE. Se isso ocorrer, será um grande desenvolvimento econômico e tecnológico ao município”, disse o presidente da Câmara de Cáceres, vereador Luiz Landim.

REGIÃO NORDESTE

Seca no Amazonas reflete em aumento de carga no Porto do Pecém

Complexo está recebendo cargas que seriam destinadas ao Porto de Manaus

Divulgação

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto do Pecém (CE) recebeu em outubro um volume adicional superior a 6 mil TEU (referente ao contêiner de 20 pés), o que representa um aumento de 20% na movimentação prevista para o mês. A expectativa é de que esse cenário se repita em novembro.

O aumento ocorreu principalmente em razão da seca do rio Amazonas e, conseqüentemente, da redução do seu nível. A situação vem impactando significativamente no recebimento de carga no Porto de Manaus

(AM), o que exigiu um ajuste das rotas de navegação daquela região.

“Como o Porto do Pecém atua como o principal do Nordeste no transbordo da carga containerizada destinada a Manaus, está sendo o destino das cargas que não estão conseguindo chegar lá”, explicou o diretor de Operações do Complexo do Pecém, Roberto de Castro.

De acordo com ele, o porto está realizando “um esforço para movimentar e armazenar a carga destinada ao Porto de Manaus e atender os nossos principais armadores por conta da seca que impede a navegação dos navios”, citou.



Castro disse que a maior parte dessa carga – composta principalmente por equipamentos e materiais das indústrias da Zona Franca de Manaus – ficará depositada no pátio recém-ampliado do Porto do Pecém, durante os meses de

novembro e dezembro, quando o rio deve recuperar o seu volume e assim permitir a navegação dos navios.

Subindo

O nível de água do Rio Negro,

O Porto do Pecém recebeu em outubro um volume adicional superior a 6 mil TEU, o que representa um aumento de 20% na movimentação prevista para o mês

no Amazonas, parou de descer no último dia 26, segundo o Porto de Manaus, responsável pela medição. Na segunda-feira (30), alcançou 12,87 metros, 17 centímetros a mais do que a medição de sexta-feira (27), quando estava em 12,70, o nível mais baixo já registrado em 121 anos.

Agora, o Serviço Geológico Brasileiro (SGB) segue analisando os dados para averiguar se o cenário indica o fim da seca em Manaus.